

Análise das Políticas Públicas no Contexto Socioeconômico da Mesorregião de Madeira-Guaporé

Gleice Carvalho de Lima Moreno¹

Douglas Heinz²

Nelson Hein³

Recebido: 05/10/2020

Aprovado: 21/08/2021

DOI:10.18829/2110

RESUMO

Tratar da trajetória socioeconômica da Mesorregião Rondoniense Madeira-Guaporé é importante pelo fato dela ter atraído várias pessoas para a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), promovendo o povoamento dessa Região. Neste contexto, o objetivo do estudo é analisar se as políticas públicas contribuíram para o desenvolvimento socioeconômico dessa Mesorregião. Para tanto, realizou-se um estudo exploratório, de abordagem quantitativa, utilizando técnicas de análise descritiva e multivariada de dados buscando identificar a correlação entre as políticas públicas de diferentes áreas e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM. Os resultados obtidos apontam que os indicadores socioeconômicos da região são baixos e que há uma correlação negativa e significativa entre a taxa de analfabetismo e o IDHM, bem como correlação positiva e significativa do percentual de domicílios com saneamento, do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* e do percentual da população urbana dos municípios com o IDHM, evidenciando que a elevação do acesso à educação, saneamento, emprego e moradia contribuem decisivamente para o desenvolvimento socioeconômico.

Palavras-chave: Mesorregião de Madeira-Guaporé; políticas públicas; desenvolvimento socioeconômico.

ABSTRACT

Dealing with the socioeconomic trajectory of the Madeira-Guaporé Rondoniense Mesoregion is important because it attracted several people to the construction of the Madeira-Mamoré Railway (EFMM), promoting the settlement of this region. In this context, the objective of the study is to analyze whether public policies contributed to the socioeconomic development of this Mesoregion. Therefore, an exploratory study with a quantitative approach was carried out, using descriptive and multivariate data analysis techniques, seeking to identify the correlation between public policies in different areas and the Municipal Human Development Index – IDHM. The results obtained show that the socioeconomic indicators of the region are low and that there is a negative and significant correlation between the illiteracy rate and the IDHM, as well as a positive and significant correlation of the percentage of households with

¹ Doutoranda em Ciências Contábeis e Administração pela FURB. Mestre em Ciências Contábeis pela UFPE. Docente do Departamento de Ciências Contábeis da UNIR. E-mail: gleice.cl11@gmail.com

² Doutorando em Ciências Contábeis e Administração pela FURB. Mestre em Administração pela UDESC. Docente do Departamento de Administração da UNIDAVI.

³ Docente do Departamento de Matemática e da Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração da FURB. Pós-Doutorado pelo IMPA e Mestre e Doutor pela UFSC.

sanitation, of the Gross Domestic Product (GDP) per capita and the percentage of the urban population of the municipalities with the IDHM, showing that increased access to education, sanitation, employment and housing contribute decisively to socioeconomic development.

Keywords: Mesoregion of Madeira-Guaporé; public policy; socioeconomic development.

1. INTRODUÇÃO

Os fatos históricos mostram que os atrativos sociais e econômicos permitem o maior povoamento e a expansão da região que os oferece. Com o fortalecimento da região e a consequente socialização, são necessárias regras para manter a organização e a boa convivência. A partir disso surge o Estado, ao qual foi dado o poder para governar e estabelecer a ordem nas relações humanas (ARAÚJO & RODRIGUES, 2017). Com isso, leis foram criadas para impor regras na exploração de recursos naturais, de recursos que atendam a coletividade e de recursos próprios. Neste ponto em que se destacam a organização, a ordem e o controle, é feita a análise socioeconômica da Mesorregião de Madeira-Guaporé abrangendo esses e outros fatores.

O estudo dos efeitos gerados no contexto socioeconômico dessa Mesorregião possui grande importância no campo do desenvolvimento regional. Desde o ano em que Rondônia se tornou Estado em 1981, dados sociais, manifestações culturais e situação econômica passaram por modificações. Por exemplo, manifestações culturais como a camponesa, a indígena, a seringueira e a ribeirinha se tornaram fragilizadas pela extinção das relações sociais ocorridas nos processos de colonização (CEMIN, 2006). Isso porque os fatores que influenciam decisivamente as populações são as questões econômicas e sociais. Sendo essas, em muitos casos desiguais, devido à exploração do trabalho em condições precárias à manutenção da vida em sua plenitude (LIMA et al., 1989).

Um outro ponto que vale a pena ser mencionado é que o período de colonização do Madeira-Guaporé rendeu conflitos com as populações indígenas. Isso ocorreu porque a região não estava preparada para atender ao público que avançou sobre as terras indígenas para a exploração de seus recursos, principalmente quando o preço da borracha estava em queda (SOUZA, 2011).

Além disso, o processo de colonização agrícola implementada pelo Exército Brasileiro também resultou no enfraquecimento da região. Isso porque surgiram conflitos sociais e

étnicos na área de fronteira às margens do Madeira-Guaporé, apoiados pelas elites locais, entre as décadas de 30 e 40 anos do século XX, gerando impacto na vida das populações nativas da região (seringueiros, ribeirinhos, indígenas, caboclos e outras). Coube aos militares ordenar o espaço, isolar os conflitos e criar a estrutura administrativa para que as ações federais do governo fossem implantadas, tornando-se esse o estágio inicial de colonização da região (SOUZA, 2002).

Apesar dessa região ter sido palco de eventos extraordinários, ela perdeu o estímulo gerado pelo progresso e é uma das menos favorecidas do Estado (CAVALCANTE, 2011). Sendo assim, este estudo se prontificou em analisar se as políticas públicas aplicadas na Mesorregião de Madeira-Guaporé permitiram a melhora nos parâmetros socioeconômicos. A partir disso, buscou-se responder a seguinte questão: As políticas públicas municipais contribuíram de forma decisiva para o desenvolvimento socioeconômico da Mesorregião de Madeira-Guaporé? Uma análise no contexto socioeconômico da Região é conveniente, também, por não se identificar outras pesquisas relacionadas a análise de indicadores socioeconômicos e o reflexo disso no desenvolvimento dessa Mesorregião.

O presente estudo está organizado da seguinte forma: Na Seção 2 foi apresentada a fundamentação teórica, onde foram traçados fatores relacionados ao desenvolvimento socioeconômico e às políticas públicas com a descrição da Mesorregião. Na Seção 3 houve a exposição da proposta metodológica, considerando os métodos estatísticos que foram utilizados para analisar o desenvolvimento socioeconômico. Na Seção 4 foram apresentados e analisados os resultados alcançados. Na Seção 5 ocorreu a conclusão do estudo com a discussão sobre as políticas públicas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Desenvolvimento Socioeconômico e Políticas Públicas

O desenvolvimento socioeconômico de uma região ocorre considerando as transformações no sistema social. Essas transformações estão nas técnicas de produção, na inovação, na qualidade e na satisfação das pessoas, considerando a união dos fatores econômico e social, onde um fator afeta a realidade do outro (SCHLINDWEIN, CARDOSO e SHIKIDA, 2014). Sendo a função do Estado controlar a produção, por meio dos órgãos

reguladores, assumir as despesas sociais e evidenciar as políticas públicas, para o atendimento às demandas da população (PIANA, 2009).

Alguns aspectos econômicos e sociais que influenciam o desenvolvimento de uma região foram adequadamente descritos em outras pesquisas científicas já realizadas. Como exemplos, a qualidade de vida na Microrregião de Porto Velho/Rondônia realizada por Cavalcante (2011), a colonização em Rondônia descrita por Cemin (2006), a ocupação militar e conflitos sociais na Bacia do Madeira-Guaporé descrita por Souza (2002) e a análise dos elementos condicionantes da evolução socioeconômica da Mesorregião Norte de Mato Grosso, elaborada por Oliveira, Orlandi e Borba (2011).

Além disso, o acesso aos documentos públicos que apresentam medições dos parâmetros econômicos em um espaço de tempo evidenciando as transformações e as mudanças de comportamento social humano frente às relações econômicas são traços pertinentes para o desenvolvimento de pesquisas sociais (SIQUEIRA, CABRAL e BATISTA, 2008). Ademais, questões como a vulnerabilidade socioeconômica regional podem ser identificadas pelos efeitos nocivos e perigosos gerados por um evento identificável na sociedade. Por exemplo, a falta de investimentos em políticas públicas de saúde, de saneamento básico, de educação, de geração de renda, entre outros (SANTOS et al., 2017), agravam a situação e atrapalham o desenvolvimento.

Essas vulnerabilidades são diretamente influenciadas pelas más ações da gestão pública, que por meio de políticas públicas deveriam atender aos direitos de cada cidadão. A origem da expressão políticas públicas ocorreu durante o período de pós-guerra nos Estados Unidos da América (EUA), quando condições políticas, econômicas e sociais exigiam esforços do governo para atenuar a situação, fazendo uso de políticas públicas eficientes que pudessem melhorar as condições de vida dos cidadãos (ARAÚJO e RODRIGUES, 2017).

De acordo com Laisner e Mario (2014), a aplicação de políticas públicas tem sido cada vez mais necessária para enfrentar os problemas sociais tão comuns, principalmente em um cenário de crise econômica e escassez de recursos. Diante da desigualdade social, o planejamento e a execução de políticas públicas deveriam apoiar o lado dos grupos menos favorecidos (PIANA, 2009). O que não é tão comum assim. A exemplo disso, vários autores, como Lima et al. (1989), desenvolveram pesquisas comprovando que os grupos sociais de maior poder aquisitivo são os mais favorecidos pelos serviços originados das políticas

públicas, e mesmo quando não o são, eles têm mais condições de acesso aos serviços privados, como os de educação e saúde. Com base nisso, as políticas públicas se tornaram uma categoria de interesse público por tratar de ações sociais para o atendimento às necessidades básicas da sociedade, ganhando maior visibilidade nos últimos anos, principalmente em decorrência da falta de controles internos na gestão pública (SOUZA, 2006).

Neste sentido, vale a pena destacar o papel da gestão pública municipal, que nem sempre atua de forma controlada, do ponto de vista administrativo (CARNEIRO JR. e OLIVEIRA, 2012). Isso tem propiciado o aparecimento de diversos casos de desvios de recursos públicos, o que impede o desenvolvimento do que se tem planejado pela gestão pública. Dessa forma, as políticas públicas, que têm como principal finalidade o atendimento às necessidades básicas da sociedade, vem sendo propostas de forma irregular, precária e de pouco alcance (MORENO et al., 2016). Diante disso, muitas pessoas têm sido vítimas de um serviço público ineficaz, relacionado principalmente com a educação, a saúde e a segurança pública (OKUBARO, 2013).

Destaca-se que a relação do Governo Municipal com os fatores socioeconômicos ocorre à medida que são propostas ações que supram as necessidades da coletividade, fazendo uso eficiente dos recursos. Partindo desse pressuposto, nota-se que a execução de políticas públicas depende essencialmente da eficiência do poder público. Neste contexto, saúde e educação são considerados direitos básicos agindo na formação de sujeitos críticos e com boa expectativa de vida (MATTOS e PONCZEK, 2013). Por outro lado, adotando uma visão estritamente econômica, esses aspectos sociais se configuram como fatores indispensáveis para a formação de capital humano saudável e qualificado para atender às demandas do mercado (MACIEL, 2011). Isso é importante por tratar das relações do homem com o meio ambiente e com as pessoas, que em alguns casos, passam por situações degradantes para garantir a manutenção familiar. Logo, os efeitos gerados no processo evolutivo decorrentes de ações sociais compreendendo a educação (índice de alfabetização e taxa de escolaridade) e a saúde (índice de mortalidade infantil, expectativa de vida, atendimento da coleta regular de lixo e serviços de saneamento básico) se justificam pelos significativos papéis desempenhados em prol do desenvolvimento humano em todos os seus aspectos (MATTOS e PONCZEK, 2013).

Já a situação econômica engloba fatores que evidenciam a prosperidade, abrangendo o PIB, as atividades rentáveis e a geração de renda *per capita*. As políticas econômicas compreendem as características dos principais produtos e serviços comercializados formando o PIB, que é responsável por medir as atividades econômicas (bens e serviços produzidos) de uma região. Sendo este considerado um dos principais indicadores para análise econômica (ARAÚJO NETO e COSTA, 2005). A infraestrutura vista como um indicador de impacto na situação econômica é um aspecto considerado importante por prover recursos que são essenciais para vários setores ao longo de várias cadeias produtivas (SANTANA e MUNDURUCA, 2008). As atividades realizadas pelas comunidades locais com o propósito de geração de renda (economia formal e informal), marcada por trajetórias sociais, determinam as condições de vida de uma população (PICCIN, 2012). Há também a relação população urbana versus população rural, que designa dois tipos distintos de produção e organização do espaço, cujos aspectos socioeconômicos são marcados pelo acesso diferenciado aos serviços e bens de consumo coletivo (RODRIGUES, 2014).

Portanto, pelo que vem sendo discutido até aqui em relação à situação socioeconômica de uma região, nota-se que o fundamental para o desenvolvimento regional é o bom desempenho da gestão pública. Isso indica a necessidade de mais investimentos e, principalmente, a aplicação do planejamento de ações estruturais (GONÇALVES e ARAÚJO, 2015) para melhor definir as políticas públicas a serem praticadas.

2.2 Tratado de Petrópolis

O ciclo da borracha motivou a construção da ferrovia EFMM a partir do Tratado de Petrópolis entre Brasil e Bolívia, unindo o Acre ao Brasil e facilitando o escoamento da produção boliviana até o Mato Grosso e portos do Atlântico (MORELATO e CARDOSO, 2020). A permuta entre esses países foi um dos primeiros passos importantes para o crescimento e o desenvolvimento regional.

O tratado foi sancionado pelo Presidente Rodrigues Alves em 1904. A construção da EFMM ocorreu no período de 1907 até 1912, passando pelos Governos de Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca. Destinada a ser uma grande obra que ia revolucionar o mercado brasileiro, a ferrovia fracassou. Isso ocorreu, devido as inúmeras mortes dos trabalhadores vítimas de doenças tropicais, pela construção de outras ferrovias em países

vizinhos, pela baixa no preço da borracha, pela falta de políticas públicas que assegurassem o mínimo de condições salubres para a população, entre outros fatores (FERREIRA, 2005).

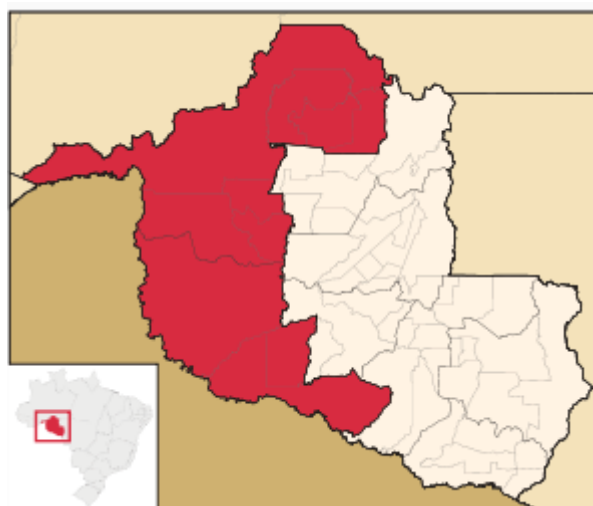
O desenvolvimento esperado para a Mesorregião de Madeira-Guaporé com a construção da EFMM não se concretizou. A ferrovia foi ficando inativa a partir de 1966 em razão da nova política de desenvolvimento regional do Governo Juscelino Kubitscheck que substituiu ferrovias por rodovias. Isso gerou prejuízo para a União. Os investimentos em transporte rodoviário deram origem a construção da BR-364 e na sequência a BR-425, ligando Cuiabá até Porto Velho e Porto Velho até Guajará-Mirim (CAVALCANTE, 2011).

As rodovias vistas como setores de infraestrutura permitiram que Rondônia tivesse abertura comercial para outros estados, facilitando o deslocamento da atividade produtiva da região, possibilitando o crescimento econômico e garantindo o bem-estar dos consumidores (SANTANA e MUNDURUCA, 2008). Assim, essa nova estrutura construída no Estado de Rondônia tem permitido a evolução da região diversificando sua cadeia produtiva.

2.3 A Mesorregião de Madeira-Guaporé

A Mesorregião de Madeira-Guaporé é formada por áreas de flora, fauna e clima característicos da Floresta Amazônica. O seu surgimento ocorreu por causa da atividade desenvolvida a época, que era a extração vegetal com a produção do látex (borracha natural), que foi incentivada pelos altos valores pagos no mercado. Depois disso, a construção da EFMM (início do século XX) foi um dos principais atrativos que gerou o povoamento e a expansão da Região de forma mais rápida. Sendo o mais antigo espaço povoado do Estado de Rondônia, destacando os pontos de preservação ambiental, parques, reservas e terras indígenas (FRANCA, 2015). A Figura 1 expõe o Mapa de Rondônia considerando as suas Mesorregiões e em destaque a de Madeira-Guaporé que é formada por duas Microrregiões (Porto Velho e Guajará-Mirim), indicando a sua localização.

Figura 1. Localização da Mesorregião de Madeira-Guaporé



Fonte: IBGE.

Os municípios que formam essa Mesorregião são classificados de Pequeno Porte I até Grande Porte, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1: Municípios da Mesorregião de Madeira-Guaporé.

Município	Classificação	População
Buritís	Pequeno Porte II	32.383
Campo Novo Rondônia	Pequeno Porte I	12.665
Candeias do Jamari	Pequeno Porte II	19.779
Costa Marques	Pequeno Porte I	13.678
Cujubim	Pequeno Porte II	15.854
Guajará-Mirim	Pequeno Porte II	41.656
Nova Mamoré	Pequeno Porte II	22.546
Porto Velho	Grande Porte	428.527
São Francisco do Guaporé	Pequeno Porte I	16.035
Seringueiras	Pequeno Porte I	11.629

Fonte: Censo 2010 – IBGE.

A Mesorregião possui um total de 614.752 habitantes e uma área de 102.296 m².  composta por parques de preservao ambiental (Parque Nacional Mapinguari, Parque Nacional de Pacas Novos, Parque Estadual Serra dos Reis, reservas naturais de cada município, entre outros), o que estimula o ecoturismo da região (IBGE, 2010). Além disso, a gastronomia também impulsiona o turismo por sua diversidade. Isso incentiva o mercado

local no meio gastronômico e, atrelado a esse e aos aspectos ambientais que atraem os visitantes, os artesanatos que retratam a manifestação cultural local, a história dos povos da região e a fauna e flora presentes nesse meio contribuem fortemente para a geração de renda formal e informal. Dessa forma, é perceptível que as relações sociais, o clima, a flora, a fauna, o patrimônio histórico, os potenciais hídricos, a gastronomia, a natureza e a sustentabilidade presentes nesse meio geram um valor turístico importante para essa região (SILVESTRE, 2008).

Essas e outras curiosidades dessa Mesorregião são os pontos favoráveis que atraem milhares de visitantes - pesquisadores de diferentes áreas e turistas nacionais e estrangeiros - curiosos pelas tradições, culturas e meio ambiente. Além de definir as razões para o desenvolvimento desta pesquisa, que explorou em particular a análise dos efeitos socioeconômicos do Madeira-Guaporé a partir das políticas públicas.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa descritiva que analisa o impacto das políticas públicas no contexto socioeconômico regional. Jung (2004) enfatiza que descrever é evidenciar as particularidades do comportamento de um sistema em análise. De tal forma que pesquisas descritivas buscam a identificação, o registro e a análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno em processo.

Foi adotada a abordagem quantitativa, com o intuito de examinar a relação entre as variáveis através de procedimentos estatísticos (CRESWELL, 2010). Especificamente, buscou-se determinar o impacto de indicadores representativos de diferentes políticas públicas sobre o IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. O resultado disso representa a situação socioeconômica dos municípios pertencentes à amostra.

A população do estudo é composta pelos municípios do Estado de Rondônia. De acordo com o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Estado de Rondônia é formado por 52 municípios, tendo uma população estimada em 1 milhão 563 mil habitantes (Censo, 2010). A amostra compreende os municípios que compõem a Mesorregião de Madeira-Guaporé do Estado de Rondônia. Uma descrição dessa Mesorregião está na Seção 2 do trabalho.

A partir do referencial teórico, foram identificados indicadores representativos dos diferentes aspectos das políticas públicas e do desenvolvimento socioeconômico de uma região. Em seguida, para cada município da Mesorregião Madeira-Guaporé, houve o levantamento de dados secundários disponíveis em diferentes bases de dados. Foi utilizado como referência para coleta o ano de 2010, tendo em vista que o IDHM é calculado com base no censo nacional, realizado a cada dez anos, sendo, portanto, 2010 o dado mais recente disponível. A Tabela 2 detalha os indicadores utilizados.

Tabela 2: Indicadores utilizados.

Indicador	Descrição	Referência	Aspecto	Fonte
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	Siedenberg (2003)	Socioeconômico	PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
ANALFAB	Taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais	Mattos & Ponczek, 2013	Educação	IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MORT_INF	Índice de Mortalidade Infantil	Mattos & Ponczek, 2013	Saúde	Datasus - Ministério da Saúde
SANEAMENTO	Percentual de Domicílios com Saneamento Adequado	Santos et al., 2017	Infraestrutura	IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PIB	Produto Interno Bruto <i>per capita</i>	Araújo Neto e Costa, 2005	Econômico	SEPLAN - RO Secretaria de Estado do Planejamento
POP_URB	Percentual População Urbana do Município	Rodrigues, 2014	Demográfico	IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados foram tratados através de técnicas de análise multivariada realizadas com apoio do Software IBM SPSS Statistics versão 22. Utilizou-se técnicas de estatística descritiva e multivariada, procurando reconhecer as características gerais da região em relação aos indicadores analisados, e a correlação que mede a dependência linear entre variáveis (FIELD, 2009).

O IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) foi considerado como variável dependente representativa da situação socioeconômica dos municípios da região. O

IDH foi introduzido no relatório anual de 1990 do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, e passou a integrar a concepção do desenvolvimento humano, mensurando e quantificando aspectos relacionados à qualidade de vida (SIEDENBERG, 2003). Em 2013, o PNUD Brasil e o IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, adaptaram o IDH para os municípios brasileiros, criando o IDHM (PNUD, 2013). Os demais indicadores coletados foram tratados estatisticamente como variáveis independentes.

Como pôde ser constatado na Tabela 1, Porto Velho, capital do estado, possui características distintas dos demais municípios da amostra. Sua população, por exemplo, é mais de dez vezes superior à do segundo maior município, e duas vezes maior que a soma de todos os demais. Assim, por ser considerado um *outlier*, foi retirado da amostra.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira etapa da análise de dados foi o cálculo das estatísticas descritivas dos dados das variáveis, apresentada na Tabela 3.

Tabela 3: Estatística descritiva.

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
IDHM	,587	,657	,61	,02
ANALFAB	,081	,131	,11	,02
MORT INF	,000	,0139	,004	,005
SANEAMENTO	,000	,1299	,026	,04
PIB_per_capita R\$	9884	15611	13000	2000
POP_URB	,266	,845	,600	,200

Fonte: dados da pesquisa.

Foi observado que os municípios da amostra apresentam alguns indicadores socioeconômicos que podem ser considerados preocupantes. Segundo o PNUD (2013), um IDHM entre 0,600 e 0,699 é considerado ‘médio’. O estado de Rondônia possui IDHM = 0,690 (PNUD, 2013), quase atingindo a faixa considerada ‘alta’ (a partir de 0,700), enquanto o resultado médio da região analisada foi de apenas 0,614, aproximando-a da zona ‘baixa’ (inferior a 0,600). Mesmo o melhor município apresenta IDHM = 0,657, ainda está abaixo da média estadual. Ou seja, mesmo tomando como base de comparação o próprio estado, a região apresenta reduzido índice de desenvolvimento humano. Isso confirma que ainda existem fatores considerados negativos na qualidade de vida e consequentemente no

desenvolvimento econômico da região, medidos a partir dos indicadores de educação, longevidade e renda que formam o IDHM (WINZER, 2016).

O percentual de domicílios com saneamento adequado, com resultado médio inferior a 2%, evidencia o baixo desempenho e efetividade das políticas públicas desenvolvidas na região no que diz respeito a esse serviço básico, que praticamente inexistente. Em 2010, a região norte, segundo Landau e Moura (2016, p. 314), “[...] apresentou menor percentual de domicílios com esgotamento sanitário ‘adequado’ (32,82%), tendo como extremo o estado de Rondônia (22,11%)”. Ou seja, mesmo considerando a deficiência do estado em relação a este serviço, os dados da região sugerem uma situação ainda mais crítica das condições de saneamento disponíveis à população dos municípios analisados. Mesmo o melhor resultado, 12,99%, ainda pode ser considerado grave, já que indica que aproximadamente apenas uma em cada oito residências possui acesso ao serviço.

Segundo o IBGE, o PIB *per capita* nacional no ano de 2010 era de R\$ 19.106⁴, enquanto na Mesorregião de Madeira-Guaporé o valor médio deste indicador foi de pouco mais de R\$ 12.500. Similarmente, o percentual da população residente em área urbana (55,98%, em média) também era muito inferior ao índice nacional, de aproximadamente 84%⁵. Visto como um indicador de desenvolvimento, o PIB reflete o impacto das atividades desenvolvidas em cada região na economia, podendo ser influenciado pelo processo de ocupação territorial (RIBEIRO et al., 2019).

A taxa média de analfabetismo, um pouco superior a 10%, encontra-se próxima da média nacional no período, que segundo o IBGE era de 9,6% para a população com idade superior a 15 anos⁶. A mortalidade infantil, ao contrário, apresenta resultado médio melhor

4

<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=1830&t=2010-pib-varia-7-5-fica-r-3-675-trilhoes&view=noticia> Acesso 21 set. 2019

5

<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?view=noticia&id=3&idnoticia=1766&busca=1&t=censo-2010-populacao-brasil-190-732-694-pessoas> Acesso 21 set. 2019

⁶ Fonte: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?view=noticia&id=3&idnoticia=2019&busca=1&t=indicadores-sociais-municipais-2010-incidencia-pobreza-maior-municipios-porte-medio> Acesso 21 set. 2019

que o nacional, que novamente conforme dados do IBGE⁷ era de 16,1 mortes para cada 1000 nascidos vivos (ou 1,6%).

Uma vez conhecidas as características regionais, pode-se passar para análise da relação entre as políticas públicas e o desempenho socioeconômico da região. Para tanto, foi utilizado o cálculo da correlação de Pearson para as variáveis investigadas. Os resultados são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4: Correlação de Pearson entre as variáveis.

		IDHM 2010	ANAL FAB	MORT _INF	SANEA MENTO	PIB_ per capita	POP_ URB
IDHM 2010	Correlação Pearson	1	-,595*	,326	,797**	,647*	,741*
	Sig. (1 extremidade)		,046	,196	,005	,030	,011
ANALFAB	Correlação Pearson	-,595*	1	-,432	-,519	-,283	-,375
	Sig. (1 extremidade)	,046		,123	,076	,231	,160
MORT_INF	Correlação Pearson	,326	-,432	1	,761**	,362	,473
	Sig. (1 extremidade)	,196	,123		,009	,169	,099
SANEA MENTO	Correlação Pearson	,797**	-,519	,761**	1	,679*	,731*
	Sig. (1 extremidade)	,005	,076	,009		,022	,013
PIB_per_ Capita	Correlação Pearson	,647*	-,283	,362	,679*	1	,465
	Sig. (1 extremidade)	,030	,231	,169	,022		,103
POP_URB	Correlação Pearson	,741*	-,375	,473	,731*	,465	1

7

<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?view=noticia&id=1&idnoticia=2271&busca=1&t=2011-esperanca-vida-nascer-era-74-08-anos> Acesso 21 set. 2019

Sig. (1 extremidade)	,011	,160	,099	,013	,103	
----------------------	------	------	------	------	------	--

A correlação é significativa no nível 0,05 (1 extremidade).*

A correlação é significativa no nível 0,01 (1 extremidade).**

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados indicam uma correlação significativa entre a maioria dos indicadores de políticas públicas e o IDHM dos municípios da Mesorregião de Madeira-Guaporé. Isso indica parcialmente a hipótese do estudo. O único indicador que não apresentou significância estatística foi a mortalidade infantil, não permitindo assim fazer inferências relacionadas às implicações das políticas públicas relacionadas ao tema sobre o desenvolvimento socioeconômico dos municípios.

No caso do analfabetismo, a correlação encontrada foi negativa. Isso indica que à medida que ele diminui, o IDHM aumenta. Embora as taxas de analfabetismo na região sejam consideradas baixas, provenientes de políticas públicas aplicadas para o melhor direcionamento da educação, o analfabetismo funcional (quando a pessoa é incapaz de usar os conhecimentos matemáticos, a leitura e a escrita para resolver problemas que surgem no dia a dia) ainda está presente nesta e em outras regiões do Brasil (COSTA e CORREA, 2014).

Já o percentual de domicílios com o saneamento, o PIB per capita e o percentual da população urbana dos municípios apresentaram correlação positiva com o IDHM. Apontando que, conforme estes indicadores aumentam, também evolui o desenvolvimento socioeconômico dos municípios. Conclui-se com base nisso que, quanto mais se investe em saneamento, mais melhorias na qualidade de vida se tem, decorrentes da qualidade da água e de melhorias nos índices de saúde pública. Isso favorece o melhor desempenho do PIB per capita, porque as pessoas tenderão a produzir mais e melhor, além de influenciar a mobilidade territorial, uma vez que fatores sociais, culturais e políticos afetam o avanço socioespacial de uma população (CONSTANTINO, PERGORARE e COSTA, 2016).

5. CONCLUSÃO

O estudo foi desenvolvido a partir da análise das políticas públicas e o reflexo disso no desenvolvimento socioeconômico da Mesorregião de Madeira-Guaporé. Os resultados obtidos confirmam parcialmente a hipótese investigada. Indicando que a redução da taxa de analfabetismo e a elevação do percentual de domicílios com saneamento adequado, do PIB

per capita e do percentual da população urbana dos municípios contribuem para a melhoria do IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

Por outro lado, foi possível observar que as políticas públicas direcionadas para a educação (taxa de analfabetismo), renda (PIB per capita) e saúde (saneamento básico) não estão recebendo uma atenção considerável pelo poder público regional. Isso resulta no baixo IDHM observado. Esta observação é complementada por outro achado do estudo, que foi a constatação de que os indicadores de políticas públicas e de desenvolvimento dos municípios da Mesorregião de Madeira-Guaporé estão abaixo das médias nacional e estadual, na maioria dos casos. Estes resultados sugerem a necessidade de medidas efetivas dos agentes públicos regionais, planejando e executando ações que contribuam para a recuperação e elevação das condições socioeconômicas ofertadas à população.

A partir destes achados, outros estudos podem ser desenvolvidos. Um aspecto a ser melhor esclarecido são os motivos que levam a região a possuir indicadores de políticas públicas e de desenvolvimento socioeconômico abaixo da média estadual. Também é possível ampliar a análise para outras regiões ou para o estado como um todo, permitindo assim o melhor entendimento das condições locais.

A principal limitação do estudo foi a necessidade de excluir da análise a capital do estado, Porto Velho, que também pertence à região. Esta medida foi adotada porque o município apresenta características muito distintas dos demais investigados, especialmente no tamanho da população, que é pelo menos dez vezes superior ao de qualquer outro, motivo pelo qual foi considerado um *outlier*. Por outro lado, tal limitação também sugere uma oportunidade de pesquisa futura, direcionando a atenção para os indicadores de políticas públicas e de desenvolvimento socioeconômico desse município.

Enfim, as políticas públicas estaduais e municipais devem ser geridas pelo governo, a fim de atender as principais necessidades do público. Conforme é determinado pela Constituição Federal de 1988, que garante os serviços básicos à sociedade (educação, trabalho, segurança, habitação, seguridade social e outros). O desenvolvimento local que se alcança como resultado da aplicação de políticas públicas consistentes, tende a melhorar a economia e a vida dos contribuintes que fazem a máquina pública funcionar.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luísa; e RODRIGUES Maria de L. Modelos de análise das políticas públicas. **Revista Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 83, p. 11-35, 2017.

ARAÚJO NETO, Djalma L. de; COSTA, Ecio de F. Dimensionamento do PIB do agronegócio em Pernambuco. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, vol. 43, n. 4, out./dez. 2005.

CARNEIRO JR., Erivaldo. da S.; OLIVEIRA, José Renato S. Falhas de controle interno nas contas municipais da microrregião de Feira de Santana apontadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia (2005/2009). 12º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2012, São Paulo. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos122012/573.pdf> Acesso em: 27out2016.

CAVALCANTE, Fabio R. C. A qualidade de vida na microrregião de Porto Velho, Rondônia: Um estudo quantitativo. **Revista Pesquisa & Criação**, vol. 10, n. 2, p. 89-103, julho/dezembro de 2011.

CEMIN, Arneide. B. A colonização em Rondônia: imaginário amazônico e projetos de desenvolvimento - tecnologias do imaginário, dadas-veneno e violência. **Revista Eletrônica do Centro de Estudos do Imaginário**. 2006. Disponível em: <http://www.cei.unir.br/artigo105.html> Acesso em: 09 fev 2016.

CORRAR, Luiz J.; PAULO, Edilson; DIAS FILHO, José Maria (coord.). **Análise multivariada**: para cursos de administração, ciências contábeis e economia. São Paulo: Atlas, 2009.

COSTA, Cristiano M.; e CORREA, José Guilherme. C. Os efeitos do analfabetismo funcional sobre a empregabilidade dos trabalhadores brasileiros. **Revista Brasileira de Estudos de População**, vol. 31, n. 1, p. 7-27, jan./jun. 2014.

CONSTANTINO, Michel; PERGORARE, Alexander Bruno; COSTA, Reginaldo Brito da. Desempenho regional do IDH e do PIB *per capita* dos municípios de Mato Grosso do Sul, Brasil, entre 2000 e 2010. **Revista Interações**, Campo Grande, MS, v. 17, n. 2, p. 234-246, abr./jun. 2016.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A ferrovia do diabo**. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

FIELD, Andy. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCA, Rafael R. da. Eventos pluviiais extremos na Amazônia Meridional: Riscos e impactos em Rondônia. **Tese de Doutorado em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, modalidade DINTER UFPR-UNIR**. Curitiba, 2015.

GONÇALVES, Hugo F.; e ARAÚJO, José Bezerra. Evolução histórica e o quadro socioeconômico do nordeste brasileiro nos anos 2000. **Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara/RS, vol.12, n. 1, jan./jun., 2015.

HAIR JR, Joseph F. et al. **Análise multivariada de dados**. Bookman, 2005a.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/> Acesso em: 22jul2019.

JUNG, Carlos Fernando. **Metodologia para pesquisa & desenvolvimento**: aplicada a novas tecnologias, produtos e processos. Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil Editora, 2004.

LAISNER, Regina C.; MARIO, Camila G. de. Os desafios de avaliação de políticas públicas como instrumento estratégico de gestão e de controle social. **Revista de Políticas Públicas**, São Luis, vol. 18, n. 2, p. 619-630, jul./dez. 2014.

LANDAU, Elena C.; MOURA, Larissa. **Variação geográfica do saneamento básico no Brasil em 2010**: domicílios urbanos e rurais. Brasília, DF: Embrapa, 2016. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/ccz/files/2016/03/GeoSaneamentoBrasil2010.pdf>>. Acesso 21 set. 2019.

LIMA, Eronides da S.; EUCLYDES, Marilene P.; CRUZ, Tancredo A.; e CASALI, Albino D. Condições socioeconômicas, alimentação e nutrição da população urbana de uma localidade do Estado de Minas Gerais (Brasil). **Revista Saúde Pública**, São Paulo, vol. 23, n. 5, p. 410-421, 1989.

MACIEL, Karen de F. O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, vol. 2, n. 2, p. 326-344, jul./dez. 2011.

MATTOS, Enlison; e PONCZEK, Vladimir. Efeitos da divisão municipal na oferta de bens públicos e indicadores sociais. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, vol. 67, n. 3, jul/set 2013.

MORELATO, Adriana H. Nishida; CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. Madeira Mamoré Railway Company: O legado da companytown à cidade de Porto Velho, Rondônia. **Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo**, São Paulo e Lisboa, 2020.

MORENO, Gleice C. de L.; COSTA, Cintia da S. R.; CARDOSO, Jonathan B.; QUEIROZ, Tatiane T.; SILVA NETO, Jose Moreira da; e COSTA, Gleimira. B. da. Controle social no ambiente público: Um estudo de caso do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB. **Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, UNB, n. 2, 2016.

OKUBARO, Jorge J. A ineficácia do Estado e suas consequências. **Estadão** (opinião), de 24de junho de 2013. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral.a-ineficacia-do-estado-e-suas-consequencias-imp-1046151> Acesso em: 13out2018.

OLIVEIRA, Ademir M. de; ORLANDI, Marines; BORBA, Beatriz A. S. de O. B. Elementos condicionantes da evolução socioeconômica de Mato Grosso e da Mesorregião Norte Matogrossense. **Revista de Estudos Sociais** – n. 25, vol. 13, 2011.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. Editora UNESP: São Paulo, Cultura Acadêmica, 2009, 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9.

PICCIN, Marcos B. Assentamentos rurais e geração de renda: posição social restringida, recursos socioculturais e mercados. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 115-141, abr. 2012.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília: PNUD, Ipea, Fundação João Pinheiro, 2013.

RIBEIRO, Renata M.; AMARAL, Silvana; MONTEIRO, Antônio. M. V.; e DAL'ASTA, Ana Paula. Os processos de urbanização e conversão florestal na Amazônia paraense – um estudo multiescalar. **Revista Brasileira de Estudos de População**, vol. 35, n. 3, p. 1-30, 2019.

RODRIGUES, João F. O rural e o urbano no Brasil: uma proposta de metodologia de classificação dos municípios. **Revista Análise Social**, Lisboa, vol. XLIX, n. 211, p. 429-456, 2014.

SANTANA, José Ricardo de; MUNDURUCA, Danilo F. V. Setores de infraestrutura: importância econômica e problema informacional na sua regulação. **Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**. Vol. 1, N. 1, jan-abr/2008.

SANTOS, Marcos R. da S.; VITORINO, Maria I.; e PIMENTEL, Márcia A. da S. Vulnerabilidade e mudanças climáticas: análise socioambiental em uma mesorregião da Amazônia. **Revista Ambiente & Água**, vol. 12, n. 5, Taubaté, set/out, 2017.

SCHLINDWEIN, Cleiton M.; CARDOSO, Bárbara F.; e SHIKIDA, Pery F. A. Evolução dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico nos municípios paranaenses que recebem *royalties* da Itaipu Binacional. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, vol. 6, n. 3, p. 361-375, set./dez. 2014.

SIEDENBERG, Dieter R. Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico: uma síntese. **Desenvolvimento em Questão**. n. 1, pp. 45-71, 2003

SILVESTRE, Ronie P. O turismo no espaço rural em Rondônia sob um enfoque mercadológico. **Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Administração da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR**. Porto Velho, 2008.

SIQUEIRA, José Ricardo M. de; CABRAL, Isabel; BATISTA, Rodrigo S. B. O diálogo entre a contabilidade e as Ciências Humanas e Sociais. Educação contábil: tópicos de ensino e

pesquisa. Jorge Lopes, José Francisco Ribeiro Filho, Marcleide Pederneiras (organizadores). São Paulo: Atlas, 2008.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 16, jul/dez/2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16> Acesso em: 1º maio 2018.

SOUZA, Valdir A. de. (DES) ORDEM NA FRONTEIRA: Ocupação Militar e Conflitos Sociais na Bacia do Madeira-Guaporé (30/40). Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2002.

Disponível em:

http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93446/souza_va_me_assis.pdf?sequence=1
Acesso em: 9fev2016.

SOUZA, Valdir A. de. Rondônia, uma memória em disputa. Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, 2011. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103127/souza_va_dr_assis.pdf?sequence=1 Acesso em: 23ago2021.

WINZER, Lylla. The relationship between the Municipal Human Development Index and rates of violent death in Brazilian Federal Units. **Journal of Human Growth and Development**, vol. 26, n. 2, p. 211-217, 2016.